

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/06/2015 a 31/06/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Seppir e Incra discutem políticas para demarcação de terras – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/06/2015.....	2
Ministro Patrus Ananias reafirma compromisso do governo com Reforma Agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 03/06/2015 .	2
Comunidade Quilombola Macambira (RN) comemora avanço na regularização fundiária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/06/2015.....	3
Incra e Governo do Rio de Janeiro planejam regularização de área de 80,6 mil hectares – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/06/2015.....	5
Incra cria o quinto assentamento no município de Castelo do Piauí – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/06/2015	6
Decretos de desapropriação atendem quilombolas de Charco e Santa Rosa dos Pretos no Maranhão – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/06/2015.....	6
Decreto regulariza território quilombola Alto Alegre e Adjacência / Base no Ceará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/06/2015 .	8
Receita e Incra implantarão Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – Folha de São Paulo, Mercado. 24/06/2015.....	9
Bahia tem dois decretos de interesse social de comunidades quilombolas assinados – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/06/2015 10	
Governo Federal avança na gestão fundiária da Amazônia Legal – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/06/2015.....	10
Decreto presidencial beneficia território quilombola em Paraty (RJ) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/06/2015	11
Comunidade quilombola do Sertão pernambucano comemora assinatura de decreto de desapropriação – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/06/2015.....	12
Dois assentamentos da reforma agrária são criados na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 29/06/2015.....	13
Incra conquista novo imóvel para a reforma agrária em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/06/2015.....	14
Fetaes e MDA promovem cursos em Regularização Fundiária em comunidades rurais no Estado – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 30/06/2015.....	14

Seppir e Incra discutem políticas para demarcação de terras – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/06/2015

A presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria Lúcia Falcón se reuniu nesta terça-feira, 30, com a ministra da Igualdade Racial, Nilma Lino Gomes para discutir políticas de reconhecimento e legalização de territórios quilombolas.

O Incra atua junto a Seppir no processo, desde os estudos antropológicos que levam ao reconhecimento de direito até a indenização, desintrusão das terras e fomento de atividades econômicas após o processo de demarcação de terras.

A reunião buscou encontrar saídas frente a um cenário econômico de ajuste fiscal, que atingiu todos os ministérios. Para a ministra Nilma, as dificuldades orçamentárias devem ser vistas como uma barreira temporária, e não algo que impeça o trabalho.

“Nós temos muita responsabilidade com a população negra e muitas vezes somos as vozes dos movimentos sociais no governo. Em momentos como este temos que trabalhar em conjunto para garantir que nossa pauta social tenha relevância”.

Nilma sugeriu a criação de um grupo de trabalho envolvendo a Seppir, Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A gestora disse que iria conversar com o ministro Patrus Ananias (MDA) para reforçar a necessidade de unidade entre as pastas, e a necessidade de encontrar saídas inteligentes para o contingenciamento orçamentário.

Maria Lúcia destacou que a assinatura de dez decretos de reconhecimento de terras quilombolas na semana passada faz com que o governo tenha compromisso para garantir a continuidade do processo, que envolve não apenas o reconhecimento legal, mas também a indenização aos atuais proprietários e o processo de desintrusão.

Um dos objetivos do grupo de trabalho é rever o marco regulatório do processo de reconhecimento de terras quilombolas e propor as adequações necessárias.

A secretária de políticas para comunidades tradicionais da Seppir, Givânia Maria da Silva também participou da reunião, junto com o chefe de gabinete da secretaria-executiva do MDA, Januário Rodrigues Neto e assessores do Incra.

Ministro Patrus Ananias reafirma compromisso do governo com Reforma Agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 03/06/2015

Em visita a João Pessoa, capital da Paraíba, na segunda-feira (1º), o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, reafirmou o compromisso de assentar todas as famílias acampadas no País. “Temos um lema que nos dá essa motivação: até o final de 2018, nenhuma criança mais de baixo de lona no País”, disse, durante a abertura do Fórum Regional dos Gestores Estaduais ligados à Agricultura Familiar no Nordeste, no Palácio da Redenção.

Patrus foi à capital paraibana concretizar parcerias para promover melhorias na vida dos camponeses do estado. Foi firmado um acordo entre os governos Federal e da Paraíba

para deixar a conta de luz de 200 mil agricultores familiares paraibanos mais barata. A medida vai permitir a troca de dados do sistema da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) com a finalidade de isentar o pagamento do ICMS dos produtores.

Mais ações

Também foram entregues a seis cooperativas de agricultores familiares o Selo da Agricultura Familiar (Sipaf). Maria Nazaré dos Santos, 60 anos, presidente da Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar (Copaf), não escondeu a emoção ao receber o certificado das mãos do ministro Patrus. “É um sonho realizado. Esse selo vai dar mais crédito ao nosso produto”, contou a produtora de ovos e frangos caipira.

Uma minifeira foi montada do lado externo do palácio do governo com produtos dos agricultores familiares contemplados com o selo. Ao final do evento, o ministro prestigiou a exposição.

Os agricultores familiares Gessé Félix Porto e Joana Paula Félix Porto, do município de Pocinhos Costa, concretizaram outro sonho: o título da propriedade de onde vivem. Os documentos foram entregues na solenidade. Foram financiados ao todo 33,40 hectares, num investimento R\$ 102.199 milhões, sendo R\$ 42 mil para a compra da propriedade e R\$ 60.242, não reembolsáveis, para investimentos na estruturação da propriedade e do projeto produtivo (caprinos, avicultura, gado leiteiro para subsistência, palma e sorgo – tipo de milho para ração).

Seca

Ministro Patrus Ananias também fez um registro sobre a longa estiagem que o Nordeste tem enfrentado. A região abriga metade da população rural do País. “São quatro anos de seca e nós não assistimos mais cenas que eram comuns no Brasil há 14,15 anos. Famílias, comunidades inteiras deixando suas terras e indo para as estradas clamando por um prato de comida”, relatou. Segundo o ministro, os programas de inclusão social e produtiva foram fundamentais para essa mudança.

“Temos muitos desafios pela frente, como a questão da água, mas as conquistas estão aí para nos dar força e coragem para continuar avançando cada vez mais”, finalizou.

Selo da Agricultura Familiar - SIPAF

Criado em 2009, o Selo da Agricultura Familiar é de caráter voluntário e representa um sinal identificador de produtos, fortalecendo a identidade social da agricultura familiar perante os consumidores, informando e divulgando a presença significativa do setor na produção de alimentos, bebidas e artesanatos.

O uso do selo é concedido a agricultores ou cooperativas que comprovem que o produto para o qual estão solicitando a utilização do SIPAF tenha, em seus custos, a participação da agricultura familiar em valor superior a 50% para o produto final.

Comunidade Quilombola Macambira (RN) comemora avanço na regularização fundiária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/06/2015

As 263 famílias da Comunidade Remanescente de Quilombo de Macambira, em Lagoa Nova, no Rio Grande do Norte, comemoram mais uma etapa do processo de regularização do território onde vivem desde meados do século XIX. Nesta quarta-feira (10), uma cópia da Portaria Nº 240, de 1º de junho de 2015, que reconheceu como terra remanescente de quilombo a área de aproximadamente 1.835 hectares reivindicada pela comunidade, foi entregue pelo superintendente do Incra/RN, Vinícius Ferreira de Araújo, ao representante da Associação dos Quilombolas da Macambira, Vilmário Cândido Pereira.

A entrega simbólica do documento ocorreu durante uma reunião da Mesa Permanente de Negociação de Processos de Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Norte, na sede da autarquia em Natal. Macambira é a maior comunidade remanescente de quilombo do estado e está localizada na região Central Potiguar, a cerca de 156 quilômetros da capital Natal.

O próximo passo no processo de regularização do território da Comunidade Macambira é, segundo o antropólogo André Garcia Braga, do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/RN, o encaminhamento de um conjunto de documentos do processo que tramita no Incra/RN para a Casa Civil da Presidência da República. Em seguida, o presidente da República emitirá os decretos desapropriatórios dos dois imóveis que compõem o território da comunidade: “Cabeça de Macambira” e “Baixa Grande”. O processo de regularização do território da Comunidade é concluído com a emissão de título de propriedade inalienável em nome da Associação da Comunidade.

A Mesa Permanente de Negociação de Processos de Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas é um espaço institucional que tem o objetivo de debater, identificar problemas e encaminhar soluções relativas à regularização dos territórios quilombolas. Funciona com a realização de reuniões bimestrais, na sede do Incra/RN, com temáticas de cunho institucional e de controle social. Participam da mesa, além do Incra, o Governo do Estado, por intermédio das Secretarias de Regularização Fundiária e Apoio à Reforma Agrária (Seara), de Justiça e Cidadania (Sejuc), Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Ministério Público Federal e entidade da sociedade civil que trabalham com comunidades negras.

Disputas pelo território

De acordo com Braga, a grande maioria das 263 famílias da Comunidade Macambira é descendente do escravo alforriado na segunda metade do século XIX Lázaro Pereira de Araújo. Braga disse ainda que os descendentes de quilombolas viviam há anos em disputa com proprietários de terras e com empresas de energia eólica que mantêm parques na localidade.

“Em 2014, um acordo pôs fim ao conflito agrário entre o proprietário das terras reivindicadas pela Comunidade Macambira, a empresa concessionária de energia e os quilombolas, que reivindicam uma área onde existem três parques de energia eólica. O entendimento entre as partes também extinguiu uma ação judicial em curso”, explicou Braga. As famílias de Macambira vivem principalmente do plantio de milho, feijão e mandioca.

Processo de Regularização

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

Para terem seus territórios regularizados, as comunidades quilombolas devem encaminhar uma declaração na qual se identificam como comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Autorreconhecimento em nome da mesma. Devem ainda encaminhar à Superintendência Regional do Incra uma solicitação formal de abertura dos procedimentos administrativos visando à regularização.

A regularização do território tem início com um estudo da área, a elaboração de um Relatório Técnico que identifica e delimita o território da comunidade. Uma vez aprovado este relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase final do procedimento corresponde à regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas através de desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território.

Ao final do processo, é concedido um título coletivo de propriedade à comunidade em nome da associação dos moradores da área e feito seu registro no cartório de imóveis. Atualmente, existem 19 processos de regularização de territórios quilombolas abertos no Incra/RN.

Incra e Governo do Rio de Janeiro planejam regularização de área de 80,6 mil hectares – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/06/2015

A regularização fundiária da Fazenda Nacional de Santa Cruz e a destinação adequada dos imóveis que compõem esta área, urbanos ou rurais, foi o principal tema discutido pela presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón, com o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, em audiência realizada nesta quinta-feira (12), no Palácio da Guanabara. Para dar prosseguimento à aproximação iniciada, os dois entes deverão firmar cooperação visando ao desenvolvimento de uma agenda conjunta, em benefício dos públicos das políticas do Incra.

Pezão se colocou à disposição do Instituto para apoiar técnica e politicamente a resolução do imbróglgio que envolve a Fazenda Nacional de Santa Cruz, um conjunto de áreas de 80,6 mil hectares que abrange os bairros de Santa Cruz e Sepetiba, na cidade do Rio de Janeiro, e os municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Piraí e Rio Claro -nos quais vivem cerca de 1,5 milhão de pessoas.

O regime jurídico das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz é o Decreto-Lei nº 893 de 26 de novembro de 1938. O imóvel está sob a responsabilidade do Incra, na forma de Projeto Fundiário. A ocupação das áreas se deu por aforamento e o Incra analisa saída jurídica específica que permita a regularização fundiária do imóvel e sua destinação.

A regulamentação vai permitir, por exemplo, que as prefeituras cobrem tributos como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). "Além do título da terra, as prefeituras terão maior segurança para elaborar seus planos de desenvolvimento para o território", explica Lúcia Falcón.

Durante a audiência, também foi discutido o apoio do governo estadual às ações de regularização fundiária quilombola e no reassentamento das famílias desabrigadas em função da chuva ocorrida em 2011 na região Serrana do Rio de Janeiro.

Fiocruz

Ainda na quinta-feira, a presidente Lúcia Falcón se reuniu com o presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Paulo Gadelha, para discutir agenda de trabalho que inclui a realização de pesquisa com fitoterápicos e plantas medicinais em áreas de assentamentos, capacitação e formação em saúde no campo e agroecologia. Para isso, o Incra vai ampliar cooperação que já existe com a Fiocruz e desenvolver plano de trabalho conjunto para colocar em prática tais iniciativas.

Incra cria o quinto assentamento no município de Castelo do Piauí – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/06/2015

A Superintendência Regional do Incra no Piauí criou o quinto assentamento rural no município de Castelo do Piauí, com a publicação de portaria no Diário Oficial da União (DOU) do dia 16 de junho. O projeto vai abrigar 44 famílias de trabalhadores rurais nos 1.959 hectares do imóvel rural Açude Várzea – localizado na zona rural de Castelo (distante 186 km da capital Teresina).

Além do novo assentamento, Castelo do Piauí também conta com os projetos Angico Branco, Caraíbas, Fazenda Nova I e Fazenda Pitombeira. Ao todo, serão 410 famílias assentadas pelo Incra/PI no município.

O superintendente regional do Incra no Piauí, Marcelo Mascarenha, assinou a portaria de criação do assentamento. Para ele, “é uma vitória importante, pois o órgão está fazendo sua parte em promover a democratização do acesso a terra”. Mascarenha também informou que o órgão está trabalhando para, em breve, começar a implantação de assentamentos em mais duas áreas, uma no município de União e outra na cidade de Picos.

A Portaria determina diversas medidas para a instalação das famílias no local, como: a inclusão dos candidatos no CadÚnico, em parceria com a Prefeitura Municipal de Castelo do Piauí; seleção e homologação dos beneficiários; soluções referentes ao uso de recursos hídricos; inclusão no Cadastro Ambiental Rural; levantamento de demanda para eletrificação rural; moradia, entre outras obras de infraestrutura.

Decretos de desapropriação atendem quilombolas de Charco e Santa Rosa dos Pretos no Maranhão – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/06/2015

Foram publicados nesta terça-feira (23), no Diário Oficial da União (DOU), decretos federais autorizando a Superintendência Regional do Incra no Maranhão a promover e executar a desapropriação de imóveis rurais abrangidos pelos territórios quilombolas de Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim, e Charco, em São Vicente Férrer, beneficiando 463 famílias.

Esses dois decretos foram assinados pela presidente Dilma Rousseff e pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, durante a cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, na segunda-feira (22), em Brasília.

Além do Maranhão, outros oito decretos publicados nesta terça-feira regularizam áreas nos estados de Santa Catarina, da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, do Paraná, Pará e Rio de Janeiro. A regularização deve beneficiar cerca de 2,4 mil famílias quilombolas.

Para o superintendente do Incra no Maranhão, Jowberth Alves, esses atos vêm atender anseios das Comunidades quilombolas e contribuir para agilizar a regularização dos territórios. “A desapropriação de Charco vem atender uma das principais reivindicações do movimento quilombola que esteve acampado na Superintendência até a semana passada”, afirmou.

Regularização Fundiária

Nesse processo de regularização fundiária, o Incra já reconheceu como Comunidade Quilombola a área de 7.316,5112 hectares das terras de Santa Rosa dos Pretos, com 326 famílias - por meio da Portaria/Incra/Nº 355, de 10.07.2014, publicada no DOU de 11.07.2014. Também reconheceu os 1.345,2751 hectares das terras de Charco, com 137 famílias quilombolas, por meio da Portaria de nº 124 de 19.03.2014, publicada no DOU de 20.03.2014.

A Autarquia providenciou também a confecção dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) desses territórios. Os próximos passos agora, após a publicação dos decretos, serão avaliação das áreas por técnicos do Incra/MA para abertura do procedimento judicial de desapropriação e indenização dos proprietários, finalizando com a titulação coletiva das Comunidades.

Histórico

No quilombo Charco vivem as Comunidades Charco e Juçaral numa área de 1.347 hectares, onde residem atualmente 137 famílias. A regularização da área vem assegurar os direitos étnicos da comunidade frente a conflitos existentes no local, que já provocou muita violência e morte. O clima de tensão no quilombo Charco tem sido constante com atentados contra membros e lideranças da comunidade. Em 2010, houve o assassinato do líder Flaviano Neto, fato que provocou protestos e reivindicações por parte de entidades e movimentos ligados aos direitos dos quilombolas.

O quilombo Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim, é também conhecido por quilombo Santa Rosa do Barão. Segundo os registros e documentos, a Fazenda Santa Rosa pertenceu até 1898 ao Barão de Santa Rosa, Joaquim Raimundo Nunes Belfort, que ao falecer deixou em seu testamento a área para usufruto perpétuo dos filhos e descendentes da ex-escrava América Henriques, com quem ele teve um filho. Esses descendentes são os ocupantes do território.

Processos

O Incra possui no Maranhão 366 processos abertos para regularização de Territórios quilombolas. Entre outras ações, a autarquia registra o número de 13 Comunidades com Portarias de Reconhecimento pelo Incra publicadas no Diário Oficial da União; 15 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação(RTID) de territórios publicados no DOU; nove Decretos de desapropriações; 14 imóveis avaliados e em Imissão de Posse; quatro títulos parciais dentro de Territórios; 26 RTIDs elaborados por meio de um pregão nacional e já aprovados.

Decreto regulariza território quilombola Alto Alegre e Adjacência / Base no Ceará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/06/2015

O território das comunidades quilombolas Alto Alegre e Adjacência / Base -, localizado nos municípios de Horizonte e Pacajus, Estado do Ceará -, será regularizado, a partir de decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União, desta terça-feira (23), autorizando a desapropriação dos imóveis rurais inseridas no território, com área de 498 hectares. A ação beneficia 375 famílias remanescentes de quilombos.

O decreto - assinado na segunda-feira (22) pela presidente Dilma Roussef, durante lançamento do Plano Safra 2015/2016 -, permite ao Incra iniciar o processo de desapropriação de imóveis rurais inseridos no território para, ao final dos trabalhos, realizar a entrega do título coletivo de propriedade às comunidades quilombolas de Alto Alegre e Adjacência / Base.

A regularização contribui para o resgate da identidade étnica das famílias remanescentes de quilombos e garante o direito das comunidades à posse de suas terras. O ato também facilita o acesso das famílias quilombolas a políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, como créditos para produção, comercialização de produtos por meio de programas de aquisição de alimentos, assistência técnica, entre outras.

Além do Ceará, outros nove decretos assinados pela presidente regularizam áreas nos estados do Maranhão, da Bahia, de Pernambuco, de Santa Catarina, do Paraná, Pará e Rio de Janeiro. A regularização deve beneficiar cerca de 2,4 mil famílias quilombolas.

História das comunidades

A origem das comunidades de Alto Alegre e Adjacência / Base remonta à fuga do escravo Negro Cazuza de um navio ancorado na Barra do Ceará, em Fortaleza, no final do século XIX. Ele acabou firmando raízes na localidade de Alto Alegre, no município de Horizonte, onde uma comunidade cresceu em meio a festas realizadas no alto de uma serra que, de tão alegres, deu nome ao local.

Processos no Ceará

O processo de regularização das comunidades de Alto Alegre e Base é o terceiro decretado no estado. Os territórios de Sítio Arruda, no município de Araripe, e Lagoa das Pedras e Encantados do Bom Jardim, em Tamboril, ambos decretados em dezembro de 2013, estão em fase avançada para titulação de suas terras. Atualmente o Incra/CE

possui 26 processos de regularização fundiária de territórios quilombolas abertos, com 11 em estágios mais avançados.

Receita e Incra implantarão Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – Folha de São Paulo, Mercado. 24/06/2015

A Receita Federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vão implantar o cadastro nacional com informações sobre os imóveis rurais. Segundo a Receita, a iniciativa visa melhorar a gestão fundiária e tributária do território brasileiro.

Um acordo de cooperação técnica foi assinado no início da semana em Brasília pela presidente do Incra, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, e pelo secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

O resultado dessa cooperação será o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), que integrará os bancos de dados dos dois órgãos com o objetivo de melhorar o conhecimento da estrutura fundiária e proporcionar maior segurança jurídica aos negócios imobiliários realizados no país.

A unificação do cadastro vai gerar nova base de dados com informações fidedignas, integradas e permanentemente atualizadas, permitindo identificar com segurança e consistência a realidade da malha de imóveis rurais do país.

O CNIR será gerenciado pela Receita e pelo Incra e será compartilhado por outras instituições públicas federais e estaduais usuárias e produtoras de informações sobre o meio rural brasileiro responsáveis pela gestão da malha fundiária brasileira. O sistema será ferramenta importante para o planejamento e para a execução de políticas públicas relacionadas com as questões fundiária, fiscal e ambiental.

Para a Receita, o CNIR melhorará os instrumentos de gestão sobre tributos internos e controles aduaneiros. Constitui uma das frentes de atuação do programa de modernização dos cadastros de pessoas físicas, jurídicas, previdenciárias e de imóveis.

Com o cadastro, segundo a Receita, haverá expressiva redução das obrigações acessórias a serem prestadas por todos os titulares de imóveis rurais, com evidentes benefícios a toda a rede do agronegócio e da agricultura familiar do Brasil. Por outro lado, reduzirá a necessidade de o contribuinte buscar atendimento presencial nas unidades da Receita, pois implanta uma série de funcionalidades de soluções automatizadas.

O primeiro produto do acordo de cooperação técnica a ser implantado será o portal Cadastro Rural, canal de consulta e atualização de informações relacionadas aos imóveis rurais.

O portal, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), será lançado nos próximos dias e possibilitará aos produtores rurais e agricultores familiares o acesso a informações e a serviços de diferentes órgãos.

O portal será o principal canal para a declaração, à Receita e ao Incra, de informações sobre os imóveis rurais. Os dados declarados serão vinculados para a implantação do cadastro nacional em 2016 com a adoção de identificação única para as propriedades.

Bahia tem dois decretos de interesse social de comunidades quilombolas assinados – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/06/2015

Com dois decretos de interesse social assinados pela presidenta da República, Dilma Rousseff, na segunda-feira (22), durante a cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, a Bahia avança na regularização fundiária de territórios quilombolas.

A Superintendência Regional do Incra na Bahia já conseguiu que um total de 12 decretos de regularização fundiária de territórios quilombolas fossem assinados. Esses dois foram os primeiros este ano e beneficia 901 famílias, que vivem em 10,2 mil hectares de terras nas comunidades quilombolas de Tijuaçu e Velame, nos territórios de identidade Piemonte Norte do Itapicuru e Vitória da Conquista, respectivamente.

Segundo o analista em reforma e desenvolvimento agrário do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/BA, Itamar Rangel, a partir desta assinatura a Superintendência Regional poderá iniciar a obtenção de terras nessas áreas. “Com a posse delas, o Instituto titula-as comunitariamente em favor das famílias,” declara Rangel.

Comunidades

As portarias de reconhecimento dos Territórios Quilombolas de Tijuaçu e Velame ocorreram em 2014. As terras do Tijuaçu abrangem partes dos municípios de Senhor do Bonfim, Filadélfia e Antonio Gonçalves. É a comunidade com maior número de famílias beneficiadas pelo Programa Brasil Quilombola, na Bahia.

Já o Território de Velame que teve Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado em 2010, fica no município de Vitória da Conquista - distante 518 quilômetros da capital baiana.

Relatórios

O Incra/BA já soma 23 RTIDs publicados e mais 33 outros relatórios em elaboração. O RTID é a fase mais complexa para a titulação de um território quilombola. O conjunto de documentos engloba o relatório antropológico das comunidades, documentação que aborda a história da comunidade, considera a ancestralidade, a tradição e a organização socioeconômica dos remanescentes de quilombos. Ele ainda identifica e delimita o território.

Governo Federal avança na gestão fundiária da Amazônia Legal – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/06/2015

Em ato realizado nesta quarta-feira (24), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, oficializou a destinação de 12,2 milhões de hectares de terras públicas federais na Amazônia Legal para regularização fundiária e criação de projetos de assentamento. A solenidade ocorreu na sede do Incra, em Brasília (DF), e a autarquia foi representada pelo presidente substituto, Leonardo Góes Silva.

Durante o ato foram destinados também 503,6 mil hectares para unidades de conservação ambiental e 2,2 mil hectares para a criação de reserva indígena. A destinação é resultado de esforço conjunto dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente, Incra, Secretaria do Patrimônio da União, Serviço Florestal Brasileiro e Fundação Nacional do Índio.

“O ordenamento das terras na Amazônia Legal é fundamental e prioritário para acabar com a situação de insegurança das áreas pouco ocupadas na região, que pertencem à sociedade brasileira”, destacou o ministro Patrus Ananias durante cerimônia do ato de destinação.

Ele defendeu no evento que é possível compatibilizar a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico e social. Para o ministro, o estímulo à agricultura familiar não é uma ameaça ao meio ambiente, nem representa expansão da fronteira agrícola do País.

O presidente substituto do Incra, Leonardo Góes Silva, ressaltou que a destinação de áreas para a reforma agrária é importante a fim de democratizar o acesso à terra e reduzir o número de conflitos fundiários na Amazônia Legal. Ele destacou a parceria estratégica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa Terra Legal, para definição do uso de áreas públicas nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Leonardo Góes explicou que técnicos do Incra e do Programa Terra Legal estão mapeando as terras ocupadas por populações tradicionais. O objetivo é definir as áreas de regularização fundiária e quais serão encaminhadas ao Instituto para que seja verificada a viabilidade de implantação de assentamentos. “A obtenção dessas áreas contribuirá para o avanço da reforma agrária no País. Esperamos implantar logo os assentamentos para assegurar às famílias beneficiadas o acesso às políticas de apoio à agricultura familiar.”

Decreto presidencial beneficia território quilombola em Paraty (RJ) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/06/2015

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (23) o decreto presidencial que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais que abrangem o território quilombola de Cabral, localizado no município de Paraty, litoral sul do estado do Rio de Janeiro.

Com uma área de 512 hectares, Cabral reúne 43 famílias e está situado em uma região que concentra o maior número de remanescentes de Mata Atlântica do estado. O território é vizinho da comunidade quilombola do Campinho e situa-se entre duas áreas indígenas guarani, além de estar próximo a várias comunidades caiçaras.

O processo de titulação do território quilombola foi aberto na Superintendência do Incra no Rio de Janeiro em 2009. Com a publicação do decreto de desapropriação, os próximos passos para regularização fundiária da área serão a avaliação dos imóveis para indenização das benfeitorias de boa-fé, quando for o caso, e retirada de ocupantes não-quilombolas do território.

Comunidade quilombola do Sertão pernambucano comemora assinatura de decreto de desapropriação – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/06/2015

Vinte e dois de junho passa a ser um dia histórico para a comunidade quilombola Santana III, localizada nos municípios pernambucanos de Salgueiro e Cabrobó. Na manhã da segunda-feira (22), a presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os cinco imóveis rurais que compõem o território quilombola, com área de aproximadamente 2.080 hectares.

“O decreto pontua uma fase importante na luta política e reconhecimento de direito, algo que nos foi negado, já que o acesso à terra é um bem comum a todos”, declara Maria Aparecida de Souza, quilombola de Santana, ao ressaltar que a conquista é um marco legal na luta pelo reconhecimento do território.

A comunidade é formada por 85 famílias. O processo de regularização do território foi aberto em novembro de 2006 na Superintendência do Incra no Médio São Francisco. Em maio de 2014 foi assinada pela presidência do Incra a portaria de reconhecimento do território da comunidade quilombola.

Com a publicação do decreto de desapropriação, os próximos passos serão a avaliação dos imóveis, com a execução dos pagamentos das benfeitorias, desintrusão dos ocupantes não quilombolas com a desapropriação, para, por fim, demarcar e titular o território.

Segundo o coordenador do Serviço Quilombola da superintendência do Incra no Médio São Francisco, Rodrigo Beserra Pereira da Silva, além da importância legal, o reconhecimento do interesse social do imóvel tem importância simbólica para a comunidade, “que a partir de agora terá mais autonomia, esperança e certeza que de fato a titulação vai sair”.

Ele explica que atualmente há 34 processos de regularização de comunidades quilombolas abertos na superintendência. Além de Santana III, a comunidade de Conceição das Crioulas, também no município de Salgueiro, obteve o decreto de desapropriação.

História

A comunidade de Santana III se originou a partir de fluxos migratórios de trabalhos semiescravos e do Arraial de Canudos, ainda no século XIX. A história do quilombo está ligada a três famílias: Rocha, Luciano e Mariano - considerados pela própria comunidade como os primeiros moradores do lugar. Conforme documentos, durante todo o século XX eles teriam estabelecido relações sociais, econômicas e matrimoniais que garantiram as terras às famílias.

A comunidade trabalha basicamente com a exploração de cebola e animais de pequeno porte, com pecuária extensiva e cultura de subsistência: milho, feijão, melancia, macaxeira, abóbora, etc.

Regularização

Desde 2003, com a publicação do Decreto Presidencial 4.887, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, o Incra é o órgão competente para lidar com a questão.

O relatório antropológico é a primeira etapa do processo de regularização dos territórios de comunidades quilombolas. Juntamente com outros documentos, ele formará o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

Se o território quilombola incidir sobre imóvel ou imóveis com título de domínio particular, a obtenção se dá mediante desapropriação por interesse social (indenizada). Somente após a realização de todas as providências indicadas pela legislação, incluindo a consulta a órgãos públicos e a análise e o julgamento das contestações apresentadas pelos interessados, será feita a demarcação e a titulação do território quilombola, com a outorga do título coletivo e pró-indiviso, em nome da associação comunitária. Os títulos das terras são inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.

Dois assentamentos da reforma agrária são criados na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 29/06/2015

A Bahia contará com dois novos assentamentos da reforma agrária, em benefício de 36 famílias de trabalhadores rurais. As portarias de criação dos projetos, que somam 816,7 hectares, foram publicadas pelo Incra no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (29).

Um dos assentamentos é o Santa Rita I, localizado no município de Casa Nova, no território de identidade do Sertão do São Francisco. A área, com 410,4 hectares, tem capacidade mínima para receber 20 famílias de trabalhadores rurais. Já no município de Una – território de identidade do Litoral Sul – a constituição do projeto de reforma agrária Santa Tereza do Guarani I, que tem 406,3 hectares, permitirá assentar, no mínimo, 16 famílias.

CadÚnico

As famílias que passarão a viver e a produzir no Santa Rita I já foram cadastradas pelo Incra e orientadas a se inscrever no CadÚnico da prefeitura de Casa Nova, para integrarem o Programa Brasil Sem Miséria.

Já as famílias que se tornarão beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) com o assentamento no Santa Tereza do Guarani I serão cadastradas pelo Incra nos próximos 15 dias. Elas também precisam inscrever-se no CadÚnico da prefeitura de Una.

Potencialidades

Santa Rita I possui aptidão para o desenvolvimento de culturas permanentes de frutas como manga e caju, plantios de subsistência – a exemplo de milho, feijão e mandioca –, além de criação de gado, caprinos e ovinos. As famílias também poderão implantar projetos de apicultura.

Na área do assentamento Santa Tereza do Guarani I já existe lavoura de cacauicultura. Segundo o perito federal agrário Iderval Nolasco, que realizou o laudo de avaliação, o imóvel rural é cortado por córregos e tem potencial para a implantação de um sistema agroflorestal com cacau, açaí, banana, seringa, coco anão e café.

Incra conquista novo imóvel para a reforma agrária em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/06/2015

O Incra assegurou na última sexta-feira (26) a conquista de mais um imóvel rural destinado à criação de projeto de assentamento de famílias sem terra em Sergipe.

Localizada entre os municípios de Poço Verde e Tobias Barreto, no Sertão Ocidental, a Fazenda Baixa do Cumbe, com área de 204 hectares, teve sua posse imitada em favor da autarquia federal e dará lugar a um projeto de reforma agrária que abrigará a 15 famílias. “A obtenção desse imóvel é mais uma conquista importante para a reforma agrária na região e que vai muito além da oferta do acesso à terra. O Incra têm alcançado bons resultados na obtenção de terras e na criação de assentamentos em Sergipe, mas também tem assegurado avanços extremamente relevantes na promoção do desenvolvimento desses assentamentos, investindo na capacitação produtiva das famílias, por meio do nosso Programa de ATER [assistência técnica], e na implantação de agroindústrias. Vamos dar às famílias assentadas aqui todo o suporte para o seu desenvolvimento”, afirmou André Luiz Bomfim Ferreira, superintendente regional do Incra/SE.

Vistoriado pela autarquia federal em 2011 e classificado como improdutivo, o imóvel - com boas condições para a criação de animais e o desenvolvimento da apicultura e de culturas de subsistência -, é o segundo obtido pelo Incra em Sergipe somente este ano.

Fetaes e MDA promovem cursos em Regularização Fundiária em comunidades rurais no Estado – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 30/06/2015

A FETAES, por meio da secretaria de Política Agrícola e Meio Ambiente vai promover cursos os beneficiários (as) de regularização fundiária para o acesso às políticas públicas focadas nas questões agrária e agrícola, política de educação, cultura e lazer, de saúde, de previdência, de infraestrutura e comunicação e meio ambiente.

A atividade faz parte da segunda etapa do Convênio nº 774095/2012 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) /FETAES. Os cursos também contam com as parcerias do IDAF e os representantes dos STRs, que também acompanham as ações.

Os cursos vão acontecer nos municípios contemplados pela Regularização Fundiária, são eles: Mantenópolis, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Água Doce e Vila Pavão.

As ações iniciam neste mês de julho, nos dias 01,02 e 03, à partir das 8 horas, no STR de Mantenópolis.

Nos próximos dias 08, 09 e 10, será no STR de Barra de São Francisco. Nos dias 15,16 e 17, em Água Doce do Norte; 21 22 e 23, em Vila Pavão e 29,30 e 31, em Ecoporanga.

A primeira etapa foi contemplada com visitas “in loco” em diversas comunidades rurais de cada município no mês de junho.

Foram visitadas um total de 50 comunidades. Para o presidente da FETAES, Julio Mendel este convênio vem contribuindo para a FETAES e STRs diagnosticarem a atual situação dos trabalhadores (as) rurais bem como o acesso as políticas públicas conquistadas e agora vamos capacitá-los para facilitar este acesso. “Durante as visitas a equipe também está diagnosticando as principais demandas dos municípios em relação ao meio rural”, explica o presidente.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa